



PALMELA > 28 e 29 Novembro 2013

energia para a SUSTENTABILIDADE Local

APOIOS E DESAFIOS
PARA O PERÍODO 2014-2020

SEMINÁRIO

29 NOVEMBRO 2013

CINETEATRO SÃO JOÃO > PALMELA

ESTRATÉGIAS

para a sustentabilidade
energética e ambiental
dos territórios

RESUMO DAS COMUNICAÇÕES



SEMINÁRIO

29 NOVEMBRO 2013

CINETEATRO SÃO JOÃO > PALMELA

ESTRATÉGIAS

para a sustentabilidade
energética e ambiental
dos territórios

RESUMO DAS COMUNICAÇÕES

edição

Europe Direct Península de Setúbal

ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

desenvolvimento de conteúdos

Cláudia Bandeiras

Hugo Sousa

Rui Monteiro

grafismo e paginação

Eduardo Quinhones Hall

data de edição

Dezembro de 2013

organização



apoio



grupo Portucel Soporcel

media partners



SEMINÁRIO

29 NOVEMBRO 2013

CINETEATRO SÃO JOÃO > PALMELA

ESTRATÉGIAS

para a sustentabilidade
energética e ambiental
dos territórios

RESUMO

DAS COMUNICAÇÕES



PREÂMBULO

CRISTINA DANIEL > Administradora Delegada da ENA

O consumo de energia é fundamental para a nossa vida. A energia dá vida às nossas casas e escolas, dá conforto térmico aos nossos locais de trabalho e hospitais e transporta-nos das mais variadas formas.

No entanto, continuamos a produzir e a consumir energia segundo padrões insustentáveis. São reais as evidências de que as emissões de gases com efeito de estufa, causadas pela atividade humana, conduzem de forma perigosa e irreversível à alteração das condições climáticas e a fenómenos meteorológicos extremos. A forma como respondemos aos desafios destas alterações irá definir-nos enquanto comunidade e será o nosso legado às gerações vindouras.

Como é conjuntamente reconhecido, a mitigação e a adaptação a mudanças climáticas presentes e futuras não pode ser alcançada isoladamente através da ciência e da tecnologia. O comportamento individual e coletivo – dos cidadãos, das empresas e decisores políticos – é um fator determinante na escolha do caminho para a produção e consumo sustentável de energia.

Vivemos uma verdadeira revolução energética. Se por um lado são grandes os desafios colocados às organizações decorrentes dos crescentes custos da energia, são também grandes as oportunidades de desenvolvimento associadas à consolidação de um novo modelo energético.

Impõe-se uma reflexão sobre as iniciativas Europeias com vista à promoção de uma governança inclusiva e de ações de envolvimento dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, capaz de promover as adequadas condições para um desenvolvimento económico mais sustentável. Tais iniciativas incluem programas de incentivo à implementação de uma política alinhada nas dimensões sociais, económicas e ambientais do uso da energia.

Por motivo do lançamento do Programa Horizonte 2020, e no início de um novo período de incentivos, a Comissão Europeia apelou a um maior envolvimento dos diversos atores da comunidade política, científica e técnica, tais como municípios, universidades, organizações de investigação, sociedade civil e empresas.

Neste contexto, em que a inclusão de processos de investigação e governança se assume como uma característica essencial na estratégia para superar os grandes desafios sociais, energéticos e ambientais que a Europa enfrenta, pareceu-nos adequada a organização de um encontro entre os principais intervenientes nos cenários do desenvolvimento sustentável e da energia, a fim de partilhar e discutir os novos planos, oportunidades e mecanismos de financiamento para o período 2014-2020.

O Seminário “Estratégias para a Sustentabilidade Energética e Ambiental dos Territórios”, realizado no dia 29 de novembro, em Palmela, contou com a presença de representantes e peritos de diversas instituições nacionais e da Comissão Europeia.

O foco das diversas intervenções nas experiências, boas práticas e oportunidades proporcionadas pelos novos programas de apoio para concretização de projetos locais, foi essencial para demonstrar o impacto de tais iniciativas a nível regional e nacional.

No que diz respeito às vantagens competitivas dos desafios que se nos colocam no período 2014-2020, uma das recomendações particularmente interessante refere-se ao interesse em reunir esforços, unir projetos para que a mudança aconteça a uma escala mais ampla. Trata-se de um desafio lançado a todos nós, para agirmos juntos e agora – cientistas, sociedade civil, indústria e decisores políticos – de modo a criar a diferença para as gerações vindouras.

ABERTURA

LUÍS MANUEL FERREIRA FERNANDES › Presidente da Direcção da RNAE

Sabe-se que ao longo dos últimos 15 anos surgiram em Portugal várias Agências Regionais e Municipais de Ambiente e Energia que relacionadas com os Municípios Portugueses têm vindo a implementar uma série de acções e projectos que tendem a qualificar os territórios onde se localizam e a criar valor junto dos vários sectores económicos, o que deixa uma inegável marca de credibilidade e solidariedade.

Sim, permitam-me dizer-lo **solidariedade** junto do anónimo cidadão, junto do aluno do ensino básico, secundário ou universitário, junto do empresário, junto da autarca, numa visão e vocação da gestão da energia pelo lado da procura, numa incessante busca da solução que nos vectores técnico, financeiro e ambiental melhor se “encaixem” na pretensão do empresário, numa revelada condição de facultar ao autarca a solução que minimizando os custos de energia e da água promova em simultâneo um serviço ao munícipe com mais qualidade e maior eficácia.

Sempre com uma visão de actuar sem fitos comerciais, mas sempre com o objectivo de

criar valor para quem vive, trabalha e estuda nos “seus” territórios, as Agências Regionais e Municipais de Energia e Ambiente associadas da RNAE têm nela um pólo congregador de vontades e um pivô no acréscimo de credibilidade, sendo que o Seminário que decorreu no Cineteatro São João em Palmela permitiu dar conta da vontade de entidades nacionais e internacionais continuarem a cimentar a relação com a RNAE, dado o seu inequívoco papel no panorama nacional e local nos domínios da energia, ambiente e sustentabilidade.

Foram momentos de relevada importância as presenças de personalidades, que sublinhando a importância de Portugal “agarrar” oportunidades que tendem a impulsionar a nossa economia, necessitam de contar com a RNAE para a implementação de estratégias, a efectivação de candidaturas a corporização de parcerias, em síntese, este evento foi inevitavelmente identificador da importância da RNAE no contexto nacional, no que concerne ao acréscimo de valor para os municípios portugueses e por consequência para todos os portugueses.

“SEMPRE COM UMA VISÃO DE ACTUAR SEM FITOS COMERCIAIS, MAS SEMPRE COM O OBJECTIVO DE CRIAR VALOR PARA QUEM VIVE, TRABALHA E ESTUDA NOS “SEUS” TERRITÓRIOS, AS AGÊNCIAS REGIONAIS E MUNICIPAIS DE ENERGIA E AMBIENTE ASSOCIADAS DA RNAE TÊM NELA UM PÓLO CONGREGADOR DE VONTADES E UM PIVÔ NO ACRÉSCIMO DE CREDIBILIDADE (...)”

PROGRAMA

14h30 **SESSÃO DE BOAS VINDAS**

ÁLVARO MANUEL BALSEIRO AMARO
Presidente da Câmara de Palmela

ARTUR TRINDADE
Secretário de Estado da Energia

PAINEL 1 **POLÍTICAS**

MODERADOR: BORGES GOUVEIA
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

14h40 **Sustentabilidade energética e ambiental**

ARTUR TRINDADE
Secretário de Estado da Energia

15h00 **Política energética nacional: Desafios para 2020**

JOÃO BERNARDO
Direção Geral de Energia e Geologia

15h20 **A sustentabilidade energética e ambiental com vector prioritário dos Municípios Portugueses**

LUÍS FERNANDES
Presidente da RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente

15h35 **O papel de proximidade das Juntas de Freguesia na implementação de políticas de sustentabilidade energética e ambiental**

ARMANDO VIEIRA
Presidente da Associação Nacional de Freguesias

15h50 **Pausa para café**

PAINEL 2 **FINANCIAMENTO**

MODERADOR: DINA FERREIRA
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional

16h20 **Financiamento às políticas energéticas e de sustentabilidade para o período 2014-2020**

MARIA DA GRAÇA CARVALHO
Relatora do Comité Industria, Investigação e Energia no Programa Específico de Execução do Horizonte 2020, Parlamento Europeu

16h50 **O papel da EACI no suporte às políticas locais de sustentabilidade**

VASSILIA ARGYRAKI
EACI – Executive Agency for Competitiveness & Innovation

17h10 **O envolvimento do Fundo JESSICA Portugal no financiamento de projetos de desenvolvimento urbano sustentável**

PEDRO COUTO
Banco Europeu de Investimento

17h30 **Portugal 2020**

DINIS RODRIGUES
Direção Geral de Energia e Geologia

17h50 **SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

MANUEL PISCO
Presidente da ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

LUIS FERNANDES
Presidente da RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente

PAINEL 1 > POLÍTICAS

MODERADOR BORGES GOUVEIA > Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Sustentabilidade energética e ambiental

ARTUR TRINDADE > Secretário de Estado da Energia

“Para a política energética do Governo sempre foi fundamental a dimensão da sustentabilidade ambiental de acordo com os três pilares da política energética da União Europeia: competitividade, sustentabilidade ambiental e segurança de abastecimento”, afirmou no início da sua comunicação o Secretário de Estado da Energia, referindo ser este “o subtexto por detrás das medidas de política energética e ambiental no contexto de economia de recursos”, e perante a necessidade de “ganhar os desafios impostos à Europa e a Portugal pelas novas condições do globo e pelos acordos a que estamos vinculados”.

“Aprovámos recentemente o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética. Neste plano – prosseguiu – a ambição do Governo é elevada e está acima dos objectivos mínimos estabelecidos no compromisso com União Europeia”. Concretizando: “o Governo assume uma meta de 30%, sendo que os compromissos assumidos indicavam uma meta de 25%. Não estabelecemos este compromisso de ânimo leve. Sabemos que é um desafio enorme para a economia e para os agentes da área da política de energia e do ambiente. Fazemo-lo por estarmos convictos de que é

fundamental para ganhar o desafio da economia de recursos, da economia verde, e, ao mesmo tempo, não perder a competitividade, que é essencial para o crescimento e para o emprego”.

O “apoio, ao nível do financiamento, às acções de eficiência energética no âmbito daquilo que é o desenho dos fundos comunitários 2014-2020 e aquilo que está a ser considerado no chamado Acordo de Parceria entre Portugal e a União Europeia sobre esta matéria”, foi outra das preocupações referidas pelo governante. Concluindo a sua intervenção afirmando: “A principal aposta no futuro é a pequena geração, ou a geração distribuída e disseminada, aposta que deve ser combinada com essa outra aposta nas chamadas redes inteligentes. O Governo vê na geração distribuída uma oportunidade fantástica para, explorando sistemas que permitam níveis de subsidiação muito baixos ou, em alguns casos, inexistentes, conciliar uma maior penetração deste tipo de energias renováveis no ‘mix’ energético nacional. Para isso é fundamental, uma vez que se trata de uma disseminação no terreno, uma interacção correcta com o poder local, com os municípios e as freguesias”.

“ (...) O GOVERNO ASSUME UMA META DE 30%, SENDO QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS INDICAVAM UMA META DE 25%. NÃO ESTABELECEMOS ESTE COMPROMISSO DE ÂNIMO LEVE. SABEMOS QUE É UM DESAFIO ENORME PARA A ECONOMIA E PARA OS AGENTES DA ÁREA DA POLÍTICA DE ENERGIA E DO AMBIENTE.”

Política energética nacional: Desafios para 2020

JOÃO BERNARDO › Direcção Geral de Energia e Geologia

“A contracção que se tem verificado a nível mundial reflectiu-se na diminuição da procura de energia. Abrandamento verificado logo a partir de 2006 ao nível da procura de energia primária e da procura de energia final. Esta é uma situação, de acordo com as projecções conhecidas, com tendência a agravar-se nos próximos anos”, disse João Bernardo, da Direcção Geral de Energia e Geologia, no início da sua comunicação.

“Do ponto de vista da dependência energética já não estamos na casa dos 85%, 90%, como se verificava há uma década atrás, mas ainda andamos entre os 70 e muitos por cento e os 80%, quando o objectivo traçado pelo programa do Governo é 74%”, continuou. “A nova visão para o sector energético até 2020 indica como principais metas, a promoção integrada da eficiência energética e da utilização de fontes de energias renováveis, tendo como principal objectivo colocar a energia ao serviço da economia e das famílias, garantindo simultaneamente a sustentabilidade de preços. Em segundo lugar a redução do grau de dependência externa, pelo que o papel da eficiência energética e das FER é essencial

para reforçar os níveis de segurança do abastecimento. Finalmente, esta nova visão aposta no reforço e desenvolvimento das interligações regionais europeias, infra-estruturas de electricidade e gás, sobretudo com Espanha e entre a Península Ibérica e França”.

Para João Bernardo, “o apoio à investigação e desenvolvimento tem de ser assegurado através de mecanismos próprios, e, neste caso, julgo que importante é o apoio ao investimento e não o apoio à produção e às tarifas. O objectivo, claro, é aumentar a competitividade das empresas, já que a eficiência energética serve sobretudo para tornar as empresas mais competitivas e aumentar a disponibilidade de rendimento das famílias. O papel do Estado é fundamental neste processo, enquanto mediador entre aquilo que é o superior interesse público e os legítimos interesses privados, mantendo competências para cumprir o papel de mediador e de fiscalizador, mas também o papel de assegurar que a regulação seja feita a um nível de excelência de modo a que todos os actores se sintam representados.”

“ A NOVA VISÃO PARA O SECTOR ENERGÉTICO ATÉ 2020 INDICA COMO PRINCIPAIS METAS, A PROMOÇÃO INTEGRADA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DA UTILIZAÇÃO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS, TENDO COMO PRINCIPAL OBJECTIVO COLOCAR A ENERGIA AO SERVIÇO DA ECONOMIA E DAS FAMÍLIAS, GARANTINDO SIMULTANEAMENTE A SUSTENTABILIDADE DE PREÇOS. ”

A sustentabilidade energética e ambiental como vector prioritário dos Municípios Portugueses

LUÍS FERNANDES › Presidente da RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente

“Mais de 45% da electricidade produzida em Portugal é baseada na utilização de fontes de energia renovável e cerca de 25% do consumo final de energia é satisfeito com recurso a essas fontes”, começou por afirmar Luís Fernandes, prosseguindo: “Perante a tendência de aumento do preço do gás natural e da electricidade na Europa, verifica-se um crescente impacto económico na vida das famílias e na competitividade das empresas, sendo que a ameaça para a indústria tende a implicar um aumento de cerca de 30% dos custos energéticos, o que coloca em causa a competitividade da Europa face aos Estados Unidos e à Ásia”.

Para o Presidente da RNAE, “os agentes económicos privados e públicos devem mobilizar vontades e agregar decisões através de estratégias e acções ligadas à gestão dos recursos energéticos de base local e regional”, como é exemplo “o surgimento de agências regionais e municipais de energia, abrangendo uma área de actuação superior a 200 municípios. A economia de Portugal necessita de uma constante injeção de acções e projectos que, para além de valorizar o país, permitam acreditar que as PME são a peça fulcral na valorização energética do país, tendo por base a definição de matrizes energéticas e ambientais escaladas pelas agências regionais e municipais de energia em cooperação com outras associações adstritas ao sector”.

Na sua comunicação referiu a necessidade de “tendo por referência e exemplo as projecções da Agência Internacional de Energia, indicando que, em 2035, a bioenergia será a grande fonte de energia renovável com peso na balança energética mundial”, é necessário “reformatar o sistema de apoio às fontes de energia renováveis, reflectindo os custos de produção decrescentes e considerando o peso de mercado de electricidade. É fundamental o incremento de parcerias entre autoridades regionais, indústrias e estabelecimentos de educação, procurando efeitos em tecnologia, crescimento e emprego, onde o empreendedorismo qualificado é a chave para, através da inovação e do conhecimento, dinamizar a actividade económica do sector, defendendo maior proximidade pública através de incentivos, políticas e licenciamentos, e privada, através da iniciativa económica”. Nesse sentido “devem-se utilizar instrumentos financeiros no apoio às PME, acelerando deste modo a sua implementação no sector de serviços, com particular atenção ao turismo e construção. É possível promover o investimento pela implementação da contratação por desempenho energético em edifícios públicos. É também fulcral o investimento em medidas de eficiência energética, em particular renovando as construções existentes. O investimento nestas tecnologias poderá ser estendido à agricultura e à agro-indústria, através de concertados aconselhamentos e controlados investimentos”.

“ É FUNDAMENTAL O INCREMENTO DE PARCERIAS ENTRE AUTORIDADES REGIONAIS, INDÚSTRIAS E ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO, PROCURANDO EFEITOS EM TECNOLOGIA, CRESCIMENTO E EMPREGO, ONDE O EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO É A CHAVE PARA, ATRAVÉS DA INOVAÇÃO E DO CONHECIMENTO, DINAMIZAR A ACTIVIDADE ECONÓMICA DO SECTOR (...)”

O papel de proximidade das Juntas de Freguesia na implementação de políticas de sustentabilidade energética e ambiental

ARMANDO VIEIRA › Presidente da Associação Nacional de Freguesias

“Da adopção de soluções eficientemente energéticas não resulta simplesmente a imposição de medidas normativas, mas de uma predisposição consciente de todos os cidadãos utilizadores para serem aplicadores de tais soluções”, foi uma das ideias apresentadas pelo orador, que prosseguiu, afirmando: “Informar, é necessário. Formar, é urgente, de modo a conseguir-se que onde houver uma pessoa haja um defensor do ambiente; onde houver um projecto âncora haja uma responsabilidade social e comunitária; onde houver uma estratégia haja quem cuide do ambiente e da comunidade que nele habite; onde nascer um recurso que ele seja partilhado em cadeia pelo ecossistema; onde imperar uma ideia que ela não seja desviante mas construtiva no respeito pelos valores universais; onde bater um coração bata também uma consciência aferida pelos valores do equilíbrio universal. Haja harmonia, haja equilíbrio, haja valorização de todos os princípios universalmente reconhecidos”.

Disse o Presidente da Associação Nacional de Freguesias que “a comunidade internacional tem estas preocupações na agenda diária, mas não tem rosto. Os governos e as organizações internacionais, a quem compete definir políticas

e implementar as medidas correspondentes, estão também na linha da frente, mas não se lhes ouve a voz. A pedagogia e a sensibilização para a adopção destes princípios e atitudes têm de vir ao encontro das pessoas. A formação de mentalidades e a informação sobre comportamentos têm de contar com um interlocutor vivo e próximo”. Prossequindo: “Quanto mais pequenos, localizados, acessíveis e próximos estiverem os governos maior é a sua capacidade motriz nesta dinâmica. É urgente que o saber e a ciência façam parte do processo de decisão de cada governo, seja para a governação do país, de um município ou de uma freguesia”, pois, segundo Armando Vieira, “é imperioso que em modelos de planeamento estratégico exista uma avaliação do carácter científico de cada medida a integrar nas grandes opções do plano de actividades, e que esse conhecimento seja transmitido. É inadiável que a ciência e a informação estejam presentes em todas as estratégias de sustentabilidade, para que esta deixe de ser apenas sustentável e seja cada vez mais sustentada. As freguesias podem ser esse motor. Querem ser o governo local dinamizador, capaz de provocar o desenvolvimento sustentado e regrado de toda a acção humana sobre a natureza”.

“INFORMAR, É NECESSÁRIO. FORMAR, É URGENTE,
DE MODO A CONSEGUIR-SE QUE ONDE HOUVER
UMA PESSOA HAJA UM DEFENSOR DO AMBIENTE;
ONDE HOUVER UM PROJECTO ÂNCORA
HAJA UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL
E COMUNITÁRIA; ONDE HOUVER UMA ESTRATÉGIA
HAJA QUEM CUIDE DO AMBIENTE E DA COMUNIDADE
QUE NELE HABITE; (...)”

PAINEL 2 > FINANCIAMENTO

MODERADOR DINA FERREIRA > Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional

Financiamento às políticas energéticas e de sustentabilidade para o período 2014-2015

MARIA DA GRAÇA CARVALHO > Relatora do Comité Indústria, Investigação e Energia no Programa Específico de Execução do Horizonte 2020. Parlamento Europeu

Esclarecendo que “além dos programas europeus que são geridos em Portugal, alguns a nível nacional, outros a nível das regiões, há que ter em atenção os programas geridos directamente por Bruxelas, a que as agências e quem trabalha em energia se podem candidatar”, Maria da Graça Carvalho prosseguiu, referindo: “No orçamento global para 2014-2020, aprovado a semana passada, no Parlamento Europeu, com o valor de 80 mil milhões de euros, apesar da redução de 10% relativamente ao anterior, foi possível salvaguardar e estabelecer como prioridades as áreas da Educação, da Ciência e da Inovação, conseguindo até aumentar o seu orçamento”.

Concretizando, disse que “o Programa Ciência e Inovação, ao qual se tem de concorrer, é gerido directamente em Bruxelas. Não há quotas, o que quer dizer que um país pode conseguir muito mais financiamento do que o seu peso relativo. Portugal, por exemplo, vai buscar praticamente o seu peso relativo na EU, mas outros países, como a Suíça, chegam a alcançar cinco vezes e meia o que pagam para o programa”, que é também importante “em termos de acesso a informação e aos grandes consórcios, e pela sua capacidade de atracção dos melhores investigadores. O

programa Horizonte 2020 cobre todas as etapas do desenvolvimento tecnológico até à entrada no mercado. No capítulo da energia, o Parlamento deu ênfase à eficiência energética, ao armazenamento de energia, à micro-geração, à introdução de tecnologias, incluindo tecnologias limpas no âmbito dos combustíveis fósseis, nomeadamente a captura e o armazenamento de carbono”.

Chamando a atenção para “a existência de outras possibilidades para a área da energia e tudo o que é relacionado com o ambiente urbano”, a deputada disse existir ainda “a área societal da energia, em que as cidades sustentáveis são uma grande prioridade”, referindo o interesse para o sector da área “Herança Cultural, que inclui a arte e a tecnologia, mas também, por exemplo, as questões das cidades históricas, recuperação urbana, introdução de tecnologias limpas, concluindo: “Este programa é muito mais simples do que o anterior, tem um modo de financiamento também mais favorável para Portugal, e permite sinergias e complementaridades com os fundos regionais, o que é outra vantagem. Por último, há uma parte do Horizonte 2020 que tem capital de risco, a pensar especialmente nas pequenas e médias empresas”.

“ (...) NO CAPÍTULO DA ENERGIA, O PARLAMENTO DEU ÊNFASE À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, AO ARMAZENAMENTO DE ENERGIA, À MICRO-GERAÇÃO, À INTRODUÇÃO DE TECNOLOGIAS, INCLUINDO TECNOLOGIAS LIMPAS NO ÂMBITO DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, NOMEADAMENTE A CAPTURA E O ARMAZENAMENTO DE CARBONO.”

O papel da EACI no suporte às políticas locais de sustentabilidade

VASSILIA ARGYRAKI › EACI – Executive Agency for Competitiveness & Innovation

Na sua comunicação, Vassilia Argyraki, começou por referir o papel do Programa Intelligent Energy Europe “na procura de soluções que produzam mudanças reais no terreno, no sentido de eliminar barreiras não tecnológicas, como são as legislativas, sociais ou económicas. Por outro lado, com este projecto e a monitorização da EACI apoiamos os esforços dos legisladores na EU, tentando chegar a conclusões e procurar sugestões que lhes permitam estabelecer e prosseguir o esforço legislativo europeu para o estabelecimento de políticas energéticas eficazes. Foram já apoiados mais de 200 projectos, referentes, por exemplo, às áreas da electricidade, do aquecimento de edifícios, ou mesmo da biomassa e outros biocombustíveis”.

“Até agora – prosseguiu –, a eficiência energética é considerada importante para a educação, indústria, construção, transportes e mais alguns sectores. Com o IEE, que incentiva a acção local, tentamos atingir as metas do Horizonte 2020 para a energia, mas muito mais é necessário fazer no sentido de diminuir e racionalizar o consumo de energia. É por isso que procuramos trabalhar com as entidades locais, pois estas estão mais perto dos seus cidadãos e são mais capazes na identificação e na solução das suas necessidades do planeamento até à implementação. Assim, o nosso papel é, através de apoio técnico

e financiamento, mobilizar as autoridades locais e regionais para liderarem a transição até se alcançarem as metas estabelecidas para as comunidades energeticamente sustentáveis, reforçar a sua capacidade de planificação e implementação no terreno de políticas na área da energia sustentável, e estimular o empenhamento político em medidas concretas inscritas nos Planos de Acção para a Energia Sustentável (SEAP). Sem esquecer, naturalmente, o reforço do Pacto de Autarcas, como sabem, o principal movimento europeu de autarquias que voluntariamente se empenham no aumento da eficiência energética e na utilização de fontes de energias renováveis nos respectivos territórios. Através deste compromisso, os aderentes pretendem atingir e ultrapassar o objectivo da União Europeia de reduzir o CO2 em 20% até 2020”.

Vassilia Argyraki continuou a sua exposição referindo as possibilidades à disposição das comunidades locais e o empenhamento da EACI no “financiamento, planeamento e implementação dos SEAP, assim como na coordenação de acções entre as várias agências, empresas e autoridades locais, ou na racionalização de projectos à escala local ou regional, nomeadamente pelo apoio técnico a agrupamento de programas capazes de alcançar uma verdadeira sustentabilidade energética”.

“ (...) FORAM JÁ APOIADOS
MAIS DE 200 PROJECTOS, REFERENTES,
POR EXEMPLO, ÀS ÁREAS DA ELECTRICIDADE, DO
AQUECIMENTO DE EDIFÍCIOS,
OU MESMO DA BIOMASSA
E OUTROS BIOCMBUSTÍVEIS. ”

O envolvimento do Fundo JESSICA Portugal no financiamento de projectos de desenvolvimento urbano sustentável

PEDRO COUTO › Banco Europeu de Investimento

“O Fundo JESSICA é um instrumento de adopção voluntária, e as cinco regiões de Portugal Continental entenderam alocar uma parte dos seus fundos para um instrumento centralizado capaz de intervir nas questões da sustentabilidade urbana”, disse, na sua intervenção, Pedro Couto.

“Neste momento – continuou – temos já resultados de um ano e meio de implementação desta iniciativa, e o que esses resultados dizem é termos uma escala interessante de alavancagem. Cada euro colocado pelas regiões neste fundo resultou numa multiplicação de cinco ao nível dos projectos, e, ao contrário de outras regiões da Europa, têm sido mais os promotores privados a usarem este tipo de fundos. O que quer dizer, por um lado, haver o constrangimento na assunção de nova dívida por parte dos promotores públicos; por outro lado, os promotores públicos têm assumido o papel de facilitadores e de quase angariadores de financiamento para as suas regiões, para as suas cidades, para as suas freguesias”.

“As grandes prioridades de intervenção do fundo, através de instrumentos financeiros e a realização de investimentos, são a reabilitação e regeneração urbana, incluindo infra-estruturas e equipamentos; eficiência energética e energia renovável em áreas urbanas; revitalização económica urbana, em especial PME e empresas inovadoras; e ainda a disseminação de TIC em áreas urbanas, incluindo infra-estruturas de banda larga e redes sem fios. Para terem uma ideia, estão já contratados 36 projectos de investimento, dos quais 15 se encontram em fase de negociação final, daqui resultando 626 novos empregos directos criados nos investimentos contratados, 122 novos empregos directos nos investimentos em ‘pipeline’, que envolvem 19 Municípios, sendo 80% dos promotores de investimento privados e 20% iniciativa de promotores públicos”.

Para finalizar, o representante do Banco Europeu de Investimento, referiu a necessidade de “acelerar a execução deste programa, porque vem ainda um novo programa-quadro, vêm aí novos fundos e não queremos confusão nem canibalização”.

“ (...) CADA EURO COLOCADO PELAS REGIÕES NESTE FUNDO RESULTOU NUMA MULTIPLICAÇÃO DE CINCO AO NÍVEL DOS PROJECTOS, E, AO CONTRÁRIO DE OUTRAS REGIÕES DA EUROPA, TÊM SIDO MAIS OS PROMOTORES PRIVADOS A USAREM ESTE TIPO DE FUNDOS.”

Portugal 2020

DINIS RODRIGUES › Direcção Geral de Energia e Geologia

“Como se sabe há um conjunto de trabalhos ainda em curso, um conjunto de conversas, um conjunto de diálogos que estão a decorrer, quer internamente, a nível inter-ministerial, quer com a Comissão Europeia, que não nos permite ainda desvendar o que vai ser o Portugal 2020, até por existirem algumas zonas cinzentas, arestas que estamos ainda a limar e a definir com mais precisão”, começou por informar Dinis Rodrigues.

“Tentando enquadrar de uma forma objectiva e de uma forma mais ou menos pragmática aquele que vai ser o desenho do próximo Quadro Comunitário de Apoio, posso dizer-lhes que ele estará dividido em quatro programas operacionais (PO) temáticos de âmbito nacional. Um destinado à competitividade e internacionalização; um outro destinado à inclusão social e emprego; o terceiro dirigido ao capital humano, e, finalmente, o quarto, destinado à sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, onde vão ser tratadas todas as matérias no domínio da energia, do ambiente e também no domínio da prevenção dos riscos”, prosseguiu o representante da Direcção Geral de Energia e Geologia.

“Este PO temático está a ser desenvolvido por uma equipa do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território. Existirão cinco PO regionais,

típicos, um por cada CCDR; dois PO para cada uma das regiões autónomas, e um PO ao nível da assistência técnica. Portanto, tudo aquilo que são matérias de eficiência energética vão estar enquadradas no PO temático da sustentabilidade, e os PO regionais irão mobilizar verbas para os domínios da eficiência energética e das energias renováveis. O PO da competitividade e internacionalização focará matérias relacionadas com a promoção do investimento empresarial, promoção de investigação e desenvolvimento, e reforço das capacidades de investigação. Ao nível da inclusão social e do emprego vamos estar a tratar de matérias de formação e qualificação de activos, integração de quadros, combate à pobreza e outras semelhantes. Ao nível do capital humano trabalhamos matérias relacionadas com a produção de qualificação nos diferentes níveis de ensino. E, no PO da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, cá estão as matérias de eficiência energética, energias renováveis, mas também segurança de abastecimento, prevenção de riscos, adaptação às alterações climáticas, desenvolvimento sustentável da agricultura e das florestas, ou seja, da generalidade das actividades económicas e também das matérias relacionadas com a recuperação de passivos ambientais”.

“ PORTANTO, TUDO AQUILO QUE SÃO MATÉRIAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA VÃO ESTAR ENQUADRADAS NO PO TEMÁTICO DA SUSTENTABILIDADE, E OS PO REGIONAIS IRÃO MOBILIZAR VERBAS PARA OS DOMÍNIOS DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS. ”

WORKSHOP

Pacto de Autarcas

ORLANDO PARAÍBA › ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

As alterações climáticas são um assunto com lugar reservado nas agendas dos governos e organizações um pouco por todo o mundo.

A União Europeia, com o pacote clima e energia, criou em 2009 um conjunto de mecanismos que visa assegurar o cumprimento de objetivos ambientais para 2020 no espaço europeu:

Reduzir em 20% nas emissões de gases com efeito de estufa em relação aos níveis de 1990;

Assegurar que 20% da energia consumida é produzida a partir de fontes renováveis;

Aumentar em 20% na eficiência energética na UE.

Neste contexto foi lançada uma iniciativa - Pacto de Autarcas - em que os autarcas, voluntariamente, se comprometem a implementar um conjunto de políticas com o objetivo de reduzir em pelo menos 20% as emissões de CO₂ até 2020. Como garante do cumprimento dos objetivos estabelecidos com assinatura do Pacto de Autarcas, é desenvolvido o Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) que elenca as medidas a serem implementadas no município.

A implementação de um PAES coloca desafios importantes:

Económicos, porque embora os investimentos em eficiência energética e renováveis sejam na generalidade dos casos economicamente rentáveis, quase sempre obrigam à disponibilização de capital, o que nos dias que correm representa uma grande dificuldade;

Organizacionais, porque a adoção de modos mais eficientes de utilizar a energia decorre de alterações comportamentais, mas também nos processos das organizações. É conhecida a resistência à mudança, seja por parte das pessoas, seja por parte das organizações;

Legais, no contexto energético atual (energia cara, múltiplas tecnologias energeticamente eficientes, mercado energético liberalizado e possibilidade de utilização de renováveis

em pequena escala) desenvolvem-se novos modelos de negócio com grandes vantagens para os municípios, mas que obrigam a novos procedimentos legais.

No workshop realizado em Palmela foram apresentados, por especialistas nacionais e internacionais, novos modelos de negócio e instrumentos de apoio que permitem ultrapassar as dificuldades de financiamento à eficiência energética e renováveis, casos de sucesso que nos levam a acreditar que é possível fazer de forma diferente e com isso poupar energia e ainda dinamizar novos sectores de atividade, fomos ainda informados sobre novos enquadramentos legais que, apesar de necessitarem de ser experimentados, nos abrem horizontes para uma gestão mais eficiente da energia no sector público.

Este workshop apesar de ter ocupado um dia e meio, foi curto no tempo, tendo os participantes ficado com o anseio de prolongar o diálogo em futuros eventos tal o interesse gerado, ainda assim permitiu três mensagens claras:

É possível vencer os desafios associados à implementação do PAES e cumprir os objetivos do Pacto de Autarcas;

Existem mecanismos legais e financeiros importantes que podem auxiliar os municípios na implementação do PAES, quer por via do investimento direto quer por via da implementação de modelos de negócio inovadores;

Num momento de dificuldade como o que atravessamos, a sustentabilidade energética dos territórios apresenta uma via de desenvolvimento que pode e deve ser aproveitada pelos municípios para incentivar a economia local.

Agora que um novo ciclo político (ao nível municipal) e económico (pelo novo quadro Comunitário de financiamento) se inicia, mais que nunca faz sentido a aposta na sustentabilidade energética ao nível local, importa para tal, que os decisores políticos adotem as políticas adequadas, que as empresas percebam os benefícios que podem alcançar e que os cidadãos queiram ser parte ativa de um futuro mais racional.

